



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

MINUTA DE CONTRATO - TJMS /DG/SBS/DEPCONTCONV/COORDCONT

PROCESSO Nº 00009649-85.2025.8.12.9157

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO Nº ____/____**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL - TJMS**, por intermédio do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, inscrito no **CNPJ sob o nº 05.532.085/0001-72**, com sede nesta capital, localizado no Parque dos Poderes, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **DORIVAL RENATO PAVAN**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 152, inciso XXXV, da Resolução nº 590, de 15 de abril de 2016, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, estabelecida à _____, inscrita no **CNPJ sob o nº _____**, neste ato representada pelo Sr(a). _____, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, autorizado pela decisão nº _____ do processo SEI nº 00009649-85.2025.8.12.9157, Pregão Eletrônico nº 034/2025, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, celebram o presente contrato, sujeitando-se às normas Federais e Estaduais cabíveis, em especial aos casos omissos, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva para o sistema de climatização central instalado no prédio do Fórum de Campo Grande/MS, do Gabinete dos Desembargadores e da Secretaria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Integram este Contrato, independente de sua transcrição:

- 1.2.1. O Edital (SEI nº ____);
- 1.2.2. O Termo de Referência (SEI nº ____);
- 1.2.3. A Proposta da CONTRATADA (SEI nº ____); e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, com início a partir da data da última assinatura deste contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento são os seguintes:

3.1.1. O serviços serão executados no Fórum da Comarca de Campo Grande/MS, localizado no endereço Rua da Paz, nº 14, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, bem como no Gabinete dos Desembargadores e na Secretaria do TJMS, localizados no endereço Av. Mato Grosso, Bloco 13, Bairro Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

3.1.2. Os serviços serão executados nos equipamentos especificados no Anexo I - Relação de Equipamentos do Termo de Referência.

3.1.3. A prestação dos serviços inclui a disponibilização, em regime de dedicação exclusiva, de 02 (dois) técnicos de refrigeração, com jornada de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 08h às 17h, com intervalo de 01 (uma) hora, um deles lotado no Fórum de Campo Grande e o outro no Gabinete dos Desembargadores/Secretaria do TJMS, observado o disposto no item 5.4 do Termo de Referência.

3.1.4. No primeiro mês de vigência deste contrato, a Contratada efetuará o levantamento completo das atuais condições de funcionamento do sistema de climatização em todas as localidades, dando continuidade à execução dos serviços de manutenção, bem como elaborará e implantará o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), na forma das disposições do item 13 do Termo de Referência.

3.1.5. Os serviços de manutenção preventiva serão executados em concordância com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), na forma do Termo de Referência.

3.1.6. As solicitações de manuntenções corretivas serão realizadas pela Coordenadoria de Patrimônio e Manutenção, no Fórum de Campo Grande, e pela Coordenadoria de Gestão de Equipamentos e Sistemas Prediais, na Secretaria do TJMS e no Gabinete dos Desembargadores, na forma do item 3.18.3 do Termo de Referência.

3.1.6.1. Os prazos para atendimento das solicitações estão descritos no Anexo V - Prazos de Atendimento Corretivo do Termo de Referência.

3.1.7. Os serviços poderão ser executados, excepcionalmente e a critério exclusivo do Contratante, em horário distinto do expediente habitual, em sábados, domingos ou feriados, não ensejando qualquer pagamento adicional à Contratada.

3.1.8. A garantia dos serviços é de ____ (____) dias.

3.1.9. As demais questões referentes aos modelos de execução e gestão contratuais encontram-se dispostas no Termo de Referência.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O valor total do contrato é de **R\$** ____ (____), conforme especificado na tabela abaixo:

ITEM 1	QUANTIDA DE (MÊS)	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (12 MESES) (R\$)
--------	-------------------	---------------------------	--------------------	------------------------------

1.1	12	Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva sob demanda com ônus do fornecimento das peças pela CONTRATANTE, para atender ao Sistema de Climatização Central do Fórum de Campo Grande/MS .		
1.2	12	Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva sob demanda com ônus do fornecimento das peças pela CONTRATANTE, para atender ao Sistema de Climatização Central da Secretaria do TJMS/Gabinetes dos Desembargadores .		
1.2	12	Disponibilização de 1 (um) Técnico de Refrigeração em Sistema de Climatização Central, a ser lotado no Fórum de Campo Grande/MS , conforme termo de referência.		
1.4	12	Disponibilização de 1 (um) Técnico de Refrigeração em Sistema de Climatização Central, a ser lotado na Secretaria do TJMS/Gabinetes dos Desembargadores , conforme termo de referência.		
VALOR GLOBAL (12 MESES)				

4.1.1. O valor estimado para o custeio das peças de reposição na manutenção preventiva e corretiva pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**.

4.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis, após o efetivo atestado de recebimento da nota fiscal pelos fiscais do contrato, observadas as seguintes disposições:

4.2.1. O pagamento será efetivado por meio da apresentação mensal da nota fiscal de serviços e da nota fiscal referente à mão de obra alocada.

4.2.1.1. O pagamento de peças, componentes e materiais necessários para a execução das manutenções corretivas e, eventualmente, o remanejamento e/ou adição de componentes, será efetuado mediante apresentação de nota fiscal específica e exclusiva para este fim.

4.2.2. Havendo erro no documento de cobrança, este será devolvido para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

4.2.3. A Nota Fiscal de Prestação dos Serviços deverá ser acompanhada das certidões que comprovem a regularidade trabalhista e junto ao FGTS, bem como perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e dos relatórios previstos nas alíneas "c" e "d" do item 7.17 do Termo de Referência.

4.2.4. As demais questões referentes à forma de pagamento encontram-se no item 7.13 a 7.22 do Termo de Referência.

4.3. Na prestação de serviços e nas aquisições de mercadorias, ocorrerão retenções na fonte de acordo com a natureza da contratação, conforme descrição a seguir:

4.3.1. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com base na Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003;

4.3.2. Imposto de Renda: Pessoa física, conforme tabela progressiva do

Imposto de Renda, consoante Lei Federal n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e alterações;

4.3.3. Imposto de Renda: Pessoa jurídica, de acordo com a Instrução Normativa da RFB n. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações;

4.3.4. INSS: Pessoa física e pessoa jurídica, conforme a Instrução Normativa da RFB n. 2.110, de 17 de outubro de 2022; e

4.3.5. Conta corrente vinculada - bloqueadas para movimentação: Em conformidade com a Resolução do CNJ n. 651, de 29 de setembro de 2025.

4.3.5.1. Os valores retidos a título de provisionamento de encargos trabalhistas serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da contratada, conforme estabelece a Resolução CNJ nº 651/2025.

4.3.5.2. Para promover a abertura da referida conta-depósito vinculada são necessários os seguintes documentos:

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores;
- b) Cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) Cópia dos documentos de identificação (RG e CPF) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;
- d) Cópia do comprovante de endereço (residencial e comercial) dos sócios ou proprietários da empresa, inclusive de representantes, assistentes ou procuradores;
- e) Cópia do comprovante de endereço da empresa;
- f) Comprovante de faturamento;
- g) Assinatura da Proposta/ Contrato de abertura de Conta-depósito PJ (feita na agência);
- h) Assinatura de cartão de autógrafos (feita na agência);
- i) Assinatura da autorização de movimentação de conta do anexo do Termo de Cooperação Técnica (feita na agência);

4.3.5.3. Os procedimentos quanto à retenção, ao depósito e aos rendimentos, relativos à conta-depósito vinculada são os seguintes:

- a) os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do ordenador de despesas do TJMS;
- b) as rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são às relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;
- c) os percentuais das rubricas serão aqueles previstos pela contratada na sua planilha de encargos;
- d) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada;
- e) os saldos da conta-depósito vinculada bloqueada para

movimentação, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou outro definido no termo de cooperação técnica firmado com o banco público oficial, sempre escolhido o de maior rentabilidade;

f) caso o banco promova desconto (s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pela taxa de administração e serão retidos do pagamento mensal devido à Contratada e depositados na conta-depósito vinculada.

4.4. A contratada deverá encaminhar à fiscalização administrativa do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação do serviço, os seguintes documentos:

a) Relação nominal de funcionários que executarão os serviços contratados, com indicação do nome completo, número de CPF, cargo ou função exercida e respectiva jornada de trabalho no posto de serviço

b) Cópia dos holerites/Contracheques, acompanhados de comprovante de depósito em conta corrente de cada funcionário, abrangendo inclusive o adicional de férias e a gratificação natalina (13º salário);

c) Cópia da folha de pagamento analítica em que conste como tomador a parte contratante;

d) Cópia do Aviso de Férias no prazo de até trinta dias antes da data prevista para o início de seu usufruto, devidamente assinado pelo funcionário e acompanhada do comprovante de quitação da remuneração e do terço constitucional de férias;

e) Comprovação de repasse do Auxílio Alimentação e comprovante de repasse do Auxílio Transporte, este quando o funcionário optar pelo recebimento;

f) Comprovante do controle de frequência

g) Comproverantes de entrega de benefícios suplementares a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

h) Comprovante de quitação do prêmio da apólice de seguro de vida e acidentes pessoais, acompanhado da listagem de beneficiários ativos, se exigido por norma coletiva;

i) Relatório da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);

j) Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF Previdenciário) com comprovante de quitação;

k) Guia de Recolhimento do FGTS Digital (GFD), acompanhada do respectivo comprovante de pagamento e relatório analítico individualizado.

l) Certidão Conjunta Negativa (ou positiva, com efeitos de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

m

) Certidões de Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal;

n) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

o) Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

p) Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica

4.4.1. No início da execução contratual ou em casos de novas admissões e substituições, a contratada deverá apresentar:

a) Documentação de identificação (RG e CPF) e comprovante de residência;

b) Termo de opção ou renúncia ao Vale-Transporte;

c) Cópia do Contrato Individual de Trabalho;

d) Recibo de entrega do e-Social (Admissão) e anotações na CTPS Digital;

e) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Admissional;

f) No caso de transferência de posto, o Termo de Anuência/Ciência da transferência do colaborador.

4.4.2. Ocorrendo a rescisão contratual de empregados alocados ao serviço, deverão ser apresentados:

a) Registro de desligamento no e-Social e/ou baixa na CTPS;

b) Cópia do comprovante do aviso prévio, se este tiver sido concedido, ou do pedido de demissão, quando for o caso;

c) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Demissional;

d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

e) Comprovante de quitação das verbas rescisórias e da multa do FGTS (se devida);

f) Extrato atualizado dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS do colaborador desligado;

g) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

h) Comprovação de entrega dos documentos necessários à habilitação no seguro-desemprego, quando aplicável.

4.4.3. A documentação deve ser encaminhada em formato digital (pdf), observadas as seguintes recomendações:

4.4.3.1. Documentos digitalizados devem ser gerados em alta resolução, garantindo a perfeita legibilidade do conteúdo.

4.4.3.2. Documentos nato-digitais (extraídos de sistemas) devem ser encaminhados em formato PDF original, contendo obrigatoriamente camada de texto selecionável, sendo vedado o envio de capturas de tela (prints) ou digitalizações de documentos impressos quando estes forem nativos do sistema.

4.4.3.3. Após o início da execução dos serviços, a contratada deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Fiscalização Administrativa de Contratos de Mão de Obra Exclusiva para orientação quanto aos procedimentos de envio da documentação.

4.5. Os valores constantes da nota fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerão atualização monetária até o efetivo pagamento.

4.6. Caso ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/21, por servidor (es) designado (s) pelo Exmo. Desembargador Presidente na decisão homologatória de licitação. Caso não ocorra neste momento, a designação será feita pelo Diretor da Secretaria de Bens e Serviços, nos termos da Portaria nº 3.002, de 03 de fevereiro de 2025.

5.2. A fiscalização do contrato compreende:

5.2.1. Solicitar à Contratada, via preposto por ela indicado, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

5.2.2. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativo à execução deste contrato, em especial a aplicação de sanções e alterações do contrato, fazendo os registros respectivos em instrumento próprio para este fim.

5.2.3. Reportar-se aos responsáveis indicados pela Contratada quando da necessidade de adoção de providências atinentes a este contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. O primeiro reajuste, quando aplicável, ocorrerá após o decurso de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em **07/10/2025**, exclusivamente para as obrigações executadas após a ocorrência da anualidade, na forma especificada abaixo:

a) A parcela correspondente aos serviços mensais e demais custos operacionais será reajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

b) A parcela relativa à mão de obra será reajustada com base na variação decorrente de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho de categoria profissional predominante vinculada à execução

do objeto ou, na ausência destes, por índice oficial que venha a refletir a variação dos custos de pessoal.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, quando aplicável, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.4. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

6.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Contratante, conforme a seguir discriminado:

7.1.1. Funcional Programática 02.061.0003.2044.0002 - FUNJECC.

7.1.2. Elementos de despesa:

a) 3390.30.24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis.

b) 3390.37.04 - Reparo e Manutenção de Bens Imóveis (Locação de Mão de Obra).

c) 3390.39.16 - Reparo e Manutenção de Bens Imóveis (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Fica sob a responsabilidade do Contratante:

8.1.1. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estipuladas neste contrato e desde que a contratada tenha cumprido fielmente o contrato.

8.1.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços, estabelecendo prazo para sua correção.

8.1.3. Adotar medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais coletados dos empregados da Contratada a fim de cumprir obrigações legais

8.1.4. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem-se obrigações e responsabilidades da Contratada:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes desta contratação conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na proposta.

9.1.2. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na licitação.

9.1.3. Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

9.1.4. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.4.1. Sempre que solicitado pela Administração, deverá a contratada comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

9.1.5. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme previsto na Política de Termos de Compromisso e Confidencialidade Portaria nº 774, de 03 de agosto de 2015, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Caso as informações que tenham acesso envolverem o tratamento de dados pessoais sob responsabilidade do Contratante, estará sujeito também aos dispositivos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados.

9.1.6. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. A extinção contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

10.1.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua extinção pela Administração, com as cominações previstas na cláusula décima primeira.

10.3. A extinção contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarreta as cominações previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da

contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A contratada que não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, serão aplicadas, conforme a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, além das previstas no Termo de Referência:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. As multas previstas neste instrumento contratual serão aplicadas conforme os percentuais expressamente estipulados no item 12 do Termo de Referência, o qual detalha de forma específica os fatos geradores das infrações passíveis de penalidades pecuniárias.

11.2.3. O impedimento de licitar e contratar com a Administração, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 03 (três) anos.

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do mesmo subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento a que se refere o subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.3. O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pela Administração;

II - pago por meio de Guia de Recolhimento FUNJECC - GRJR;

III - descontado do valor da garantia prestada; ou

IV - cobrado judicialmente

11.3.1. O Tribunal de Justiça poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas neste instrumento.

11.4. A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

11.5. Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I - os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II - a não reincidência da infração;
- III - a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V - a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.
- VI - as situações previstas no § 1º, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

11.5.1. Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

11.5.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. As multas são independentes entre si, e a aplicação de uma não exclui a outra.

11.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

12.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE deverá providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE DAS CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DO PJMS

14.1. A assinatura deste contrato pressupõe que a contratada tomou conhecimento do inteiro teor da Portaria nº 2.166, de 19.11.2021 e alterações, que institui a Política de Integridade das Contratações do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, visando estabelecer as condutas a serem observadas pelas unidades responsáveis pelos processos licitatórios, contratos e pelos demandantes, licitantes e contratados, com o propósito de assegurar negociações públicas pautadas na ética, boa-fé, isonomia e moralidade. Normativa disponível para consulta em <https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=36119&original=1>.

14.2. A adesão da empresa contratada aos mecanismos de compliance é obrigatória, devendo se abster de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como se comprometer a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21 de julho de 2021: link: <https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?>

lei=35775&original=1) e da Política Antissuborno do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (<https://www.tjms.jus.br/sgi/politicas>).

14.3. A assinatura deste contrato pressupõe que a empresa contratada tem plena ciência sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes do descumprimento das regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

14.4. A contratada e a subcontratada, nos casos em que for permitida a subcontratação, devem cientificar seus funcionários que participarão da execução contratual sobre o conteúdo do Código de Ética dos Servidores Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul para ciência e responsabilidade em sua observância.

14.5. A rescisão contratual ou a denúncia, no caso de a contratada praticar atos lesivos ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, será precedida do devido processo administrativo sancionatório e/ou processo administrativo de responsabilização.

14.5.1. A notícia de eventuais irregularidades poderá ser encaminhada a este Órgão por qualquer cidadão através do canal de comunicação disponível no Portal do TJMS (<https://sistemas.tjms.jus.br/sic/publico/denuncia.xhtml>). O tratamento das denúncias poderá ser acompanhado através do Sistema de Informação ao Cidadão, garantindo-se o anonimato por consulta através de número de protocolo.

14.6. A contratada obriga-se a proteger as informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposto na Resolução 304, de 21 de fevereiro de 2024, que institui a Política da Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e Portaria nº 774, de 03 de agosto de 2015, que institui diretrizes para o uso de Termos de Compromisso e de Confidencialidade no campo da Segurança da Informação no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, ambas disponíveis, respectivamente, em <https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=38744&original=1> e <https://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=30227&original=1>.

14.7. Nas contratações de maior vulto previstas nos incisos I e II do art. 5º da Portaria nº 2.166, de 19.11.2021, a área demandante, por meio dos respectivos fiscais do contrato, promoverá o processo de “due diligence” através de investigações sobre o contratado, utilizando o formulário constante no Anexo da mencionada Portaria.

14.8. Nos termos da política antissuborno vigente nesta Instituição, são intoleráveis as condutas de ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamento em dinheiro, recompensa, vantagem ou benefício de qualquer espécie, direta ou indiretamente, para agente público do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, ou pessoas a ele vinculadas, com interesse direto ou indireto em decisão relacionada às atribuições do cargo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/2018

15.1. É vedada, ao Contratante e à Contratada, a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução deste contrato para finalidade distinta daquela prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.2. As partes Contratantes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do objeto deste

contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste contrato.

15.3. As partes Contratantes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do objeto deste contrato, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.4. As partes Contratantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteger os dados pessoais repassados entre si.

15.5. As partes Contratantes ficam obrigados a comunicar uns aos outros, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar as partes cooperantes, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Este contrato mantém-se vinculado aos termos do procedimento licitatório que o originou.

16.2. É vedada, por força do artigo 3º da Resolução nº 7 de 18.10.2005 do Conselho Nacional de Justiça, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Poder Judiciário.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, MS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento para que produza os efeitos legais.

Desembargador **DORIVAL RENATO PAVAN**

Presidente do TJMS

CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Oliveira Reis, Analista Judiciário**, em 25/02/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272452** e o código CRC **4478D43D**.

Referência: Processo nº 00009649-85.2025.8.12.9157

SEI nº 0272452